



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**10/07/2015**



# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. PRECATÓRIOS.....	1
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	2 - 3
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. COMARCAS.....	4
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. DECISÕES.....	5
4.2. PRECATÓRIOS.....	6
5. JORNAL EXTRA	
5.1. CENTRAL DE INQUÉRITOS.....	7
6. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO	
6.1. CENTRAL DE INQUÉRITOS.....	8
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	9
8. JORNAL O QUARTO PODER	
8.1. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	10 - 11
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. DECISÕES.....	12 - 13
9.2. JUÍZES.....	14
9.3. PRECATÓRIOS.....	15
9.4. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	16 - 18
9.5. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	19 - 20

## TJMA adota sistema para atualizar valores e listas de precatórios

A Coordenadoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Maranhão adotou sistema informatizado que confere maior agilidade na atualização dos valores e da ordem cronológica de pagamento das dívidas judiciais do poder público. A ferramenta deve ser ativada em 40 dias e foi cedida pelo Judiciário catarinense, sem custos, por meio de convênio assinado pelos presidentes Nelson Schaefer Martins (TJSC) e Cleonice Silva Freire (TJMA).

Segundo o juiz auxiliar da Presidência, Roberto Abreu, com o uso do novo sistema o procedimento ficará mais ágil, transparente e objetivo. "A implantação do programa vai aprimorar os outros investimentos que a atual gestão está fazendo para reestruturar a área de precatórios", informa o juiz, que juntamente com o diretor de Informática do TJMA, Jorge Henrique de Oliveira, visitaram o tribunal catari-



nense para conhecer as funcionalidades do sistema, em março deste ano.

Entre outras facilidades, o sistema atualiza, instantaneamente, os valores e a ordem cronológica de pagamento. A lista ficará disponível no site da instituição e pode ser consultada tanto pelos devedores, como credores. "Isso se traduz em maior agilidade e transparência para o cliente externo, seja advogado, parte ou ente devedor", complementa Roberto Abreu.

A Diretoria de Informática e Automação aguarda apenas a entrega dos códigos-fonte para iniciar a instalação e adaptação da ferramenta, que deve começar a funcionar no final de agosto.

De acordo com o diretor de Informática, o conjunto é formado por quatro sistemas, mas, inicialmente, serão adotados os programas para automação e atualização dos cálculos e o de requisição eletrônica. As ferramentas de lista unificada,

e contas especiais serão implantadas, após essa etapa.

**CONVÊNIO** - Por meio do convênio, o TJSC vai transferir a tecnologia necessária ao Judiciário maranhense para a efetiva implantação dos referidos sistemas, incluindo os códigos-fonte, prestar assistência técnica gratuita, além de capacitar os técnicos do TJMA quanto à manutenção e operacionalização das ferramentas.

Já o TJMA será responsável por criar um grupo de trabalho formado por técnicos das áreas de Precatórios e Informática para acompanhar os trabalhos de implantação e disponibilizar toda a infraestrutura administrativa e tecnológica necessárias.

O termo tem prazo de vigência de 60 meses, podendo ser prorrogado. A parceria foi realizada nos termos do artigo 116, da Lei n.º 8.666/1993 (de Licitação) e do processo administrativo eletrônico nº 3316/2015.

Justiça libera Município  
de São Luís para celebrar  
convênios com Estado e União

PÁGINA 3

## Justiça libera Município de São Luís para celebrar convênios com Estado e União

A Justiça Estadual do Maranhão, por meio da Terceira Vara da Fazenda Pública, atendendo pedido formulado pela Procuradoria Geral do Município (PGM) de São Luís, determinou a imediata liberação do Município de São Luís de qualquer cadastro negativo de controle que o impeça de receber transferências voluntárias tanto do Estado quanto da União.

A Procuradoria recorreu ao Poder Judiciário da decisão do Tribunal de Contas do Estado (TCE) que, julgando apresentação formulada pelo Ministério Público de Contas contra o ex gestor João Castelo, no ano de 2010, entendeu que não houve a divulgação de informações relativas às receitas e despesas por meio eletrônico para consulta pública e acabou por punir o próprio Município de receber transferências voluntárias da União e do Estado.

O Município demons-

trou através de farta prova documental que a atual gestão, comandada pelo prefeito Edivaldo Holanda Júnior, buscou desde o início atender a todos os ditames constitucionais e legais, em especial à lei complementar 101 de 2000, garantindo uma gestão responsável e disponibilizando, ainda no início de 2013, a transparência dos atos administrativos.

Na ação, a Procuradoria comprovou que a administração vem cumprindo rigorosamente o que determina a lei, não subsistindo mais a causa que deu origem ao bloqueio, vez que praticada pela gestão anterior.

Para o Procurador Geral do Município, Marcos Braid, o deferimento do pedido revela que o judiciário se convenceu da transparência que esta gestão vem demonstrando no trato com a coisa pública, e como vem atuando de forma séria e responsável.

## BALSAS

# Júri de acusado de homicídio é adiado

Em decisão datada do último dia 29 de junho, o titular da 2ª Vara da Comarca de Balsas, Marco André Tavares Teixeira, determinou o adiamento do júri agendado para a última terça-feira (07), no qual iria a julgamento Nielson Silva dos Santos. O adiamento se deu em atendimento à defesa do acusado, que solicitou do Juízo a perícia, junto ao Instituto de Criminalística – ICRIM, em equipamento de HD. De acordo com a defesa, as imagens atestariam a inocência do réu, uma vez que comprovariam que o acusado estaria fazendo prova em uma auto escola na ocasião de um dos crimes dos quais é acusado. O magistrado concedeu o prazo de 30 dias para a realização da perícia. A liberdade provisória do réu também solicitada pela defesa foi indeferida pelo juiz.

Nielson é acusado do ho-

micídio de uma criança de apenas dois anos de idade, bem como da tentativa de homicídio de outras três pessoas: Vitor Santos Lira, Cleferson Brito de Sousa e Osimar Costa Lima, fato que teria ocorrido no dia 09 de dezembro de 2013, por volta das 21h. Os crimes teriam sido cometidos com a participação de outros dois acusados: Marcelo da Conceição Silva e Paulo Pereira dos Santos.

Gangue - De acordo com a denúncia, os acusados, que fariam parte de uma gangue, na ocasião do crime teriam se dirigido ao bairro Catumbi, no município, onde pretendiam matar Vitor e Elton, irmãos de Eduardo Pé-de-Pato, antigo desafeto do grupo que teria sido morto pelos acusados na madrugada anterior.

Ainda segundo a denúncia, para o crime os acusados teriam se dirigido ao local em duas motocicletas.

## **Inconstitucional**

O Tribunal de Justiça declarou a inconstitucionalidade da Lei nº 03/2005, do município de Conceição do Lago-Açu, que trata da pescaria nos lagos e lagoas locais.

A legislação restringia a prática da pesca apenas a pescadores profissionais e amadores residentes e domiciliados naquela cidade.

- O nítido e específico favorecimento aos integrantes da Colônia Z-41 em detrimento das demais é óbvia ofensa ao princípio da isonomia - avaliou o desembargador Joaquim Figueiredo.

**Sistema** informatizado que confere maior agilidade na atualização dos valores e da ordem cronológica de pagamento das dívidas judiciais do poder público foi adotado pela Coordenadoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Maranhão. A ferramenta deverá ser ativada em 40 dias.



## CUSTÓDIA

#Pessoas que forem presas durante os plantões policiais da Ilha de São Luís serão levadas diretamente para o Fórum de Justiça da capital maranhense.

#A nova medida será garantida pela articulação entre a Corregedoria da Justiça, Secretaria de Segurança, Secretaria de Administração Penitenciária e as forças

policiais. O objetivo é assegurar a imediata aplicação da audiência de custódia durante o plantão criminal. Os detalhes da iniciativa foram traçados durante reunião entre os representantes dessas instituições, realizada na terça-feira (7) na sede da Corregedoria.

#Conforme relatou a corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, a proposta é que – considerando a audiência de custódia já vinculada aos plantões criminais – os presos em flagrante sejam levados primeiramente para a carceragem do fórum para serem submetidos à audiência de custódia.

## JUSTIÇA

### Quinze Estados vão ter audiências de custódia

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) anunciou ontem que seu presidente, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski, assinará até o fim de outubro termos de compromisso para implementação das audiências de custódia em 15 Estados. São Paulo, Espírito Santo e Maranhão já aderiram ao sistema que obriga a apresentação do preso em flagrante a um juiz em até 24 horas após a detenção. Durante a audiência, o juiz analisa a validade e a necessidade da manutenção da prisão.

## Quero conciliar

Das 52 audiências realizadas pelo Centro de Conciliação do Uniceuma II (Cohama), nos dias 2 e 3 de julho, 21 (40%) resultaram em acordos entre clientes e operadoras de telefonia móvel, fixa e de TV por assinatura. O valor negociado atingiu mais de R\$ 27 mil. A ação faz parte do projeto "Pauta Específica: com a conciliação todos ganham", promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos. O agendamento pode ser feito pelo Telejudiciário (0800 707 1581) ou o Portal do TJMA ([www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br)), clicando no link "conciliação", na sessão "Quero conciliar".

# Justiça libera Município de São Luís para celebrar convênios com Estado e União

*Página - 3*

# Justiça libera Município de São Luís para celebrar convênios com Estado e União

A Justiça Estadual do Maranhão, por meio da Terceira Vara da Fazenda Pública, atendendo pedido formulado pela Procuradoria Geral do Município (PGM) de São Luís, determinou a imediata liberação do Município de São Luís de qualquer cadastro negativo de controle que o impeça de receber transferências voluntárias tanto do Estado quanto da União.

A Procuradoria recorreu ao Poder Judiciário da de-

cisão do Tribunal de Contas do Estado (TCE) que, julgando representação formulada pelo Ministério Público de Contas contra o ex gestor João Castelo, no ano de 2010, entendeu que não houve a divulgação de informações relativas às receitas e despesas por meio eletrônico para consulta pública e acabou por punir o próprio Município de receber transferências voluntárias da União e do Estado.

O Município demons-

trou através de farta prova documental que a atual gestão, comandada pelo prefeito Edivaldo Holanda Júnior, buscou desde o início atender a todos os ditames constitucionais e legais, em especial à lei complementar 101 de 2000, garantindo uma gestão responsável e disponibilizando, ainda no início de 2013, a transparência dos atos administrativos.

Na ação, a Procuradoria comprovou que a adminis-

tração vem cumprindo rigorosamente o que determina a lei, não subsistindo mais a causa que deu origem ao bloqueio, vez que praticada pela gestão anterior.

Para o Procurador Geral do Município, Marcos Braid, o deferimento do pedido revela que o judiciário se convenceu da transparência que esta gestão vem demonstrando no trato com a coisa pública, e como vem atuando de forma séria e responsável.

## *Lei que restringia pescaria em Lago Açu a moradores é declarada inconstitucional*

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) declarou inconstitucional a Lei nº 03/2005, do município de Conceição do Lago Açu, que permitia a pescaria nos lagos e lagoas locais somente aos pescadores profissionais e amadores residentes e domiciliados naquela cidade, priorizando pescadores colonizados na Colônia Z-41. A lei ainda estabelecia que os pescadores que desrespeitassem tal limitação teriam sanções aplicadas pela entidade.

O pedido de inconstitucionalidade da lei foi ajuizado pelo Mi-

nistério Público Estadual (MPE), alegando violação de normas fundamentais previstas na Constituição Federal, entre elas os princípios da igualdade e da livre associação.

O relator, desembargador Joaquim Figueiredo, afirmou que a lei cerceou indevidamente a utilização da coisa pública por ente não competente para legislar sobre a matéria, ferindo ainda a livre iniciativa e a livre concorrência ao limitar a pesca aos residentes e domiciliados no município. Ele afirmou que a referida norma seria abusiva e de natureza monopolista.

## ▼ DESCE

O prefeito de Humberto de Campos, Raimundo Nonato dos Santos, foi cassado pela quarta vez no Tribunal de Justiça do Maranhão por ato de improbidade administrativa. A cassação é resultado de uma ação interposta pelo Ministério Público, que acusa Raimundo Nonato de fraude processual e de sonegação de informações.

# Liminar suspende obra de ponte em Barra do Corda

O juiz Antônio Elias de Queiroga Filho, titular da 1ª Vara de Barra do Corda, proferiu na última quarta-feira (8) uma decisão liminar na qual suspende as obras da ponte que liga os assentamentos do Incra e Juá, no município de Barra do Corda.

O motivo foi, segundo o juiz, a falta de documentos que comprovem a desapropriação de moradores do local onde as obras estão sendo realizadas e, de acordo com os autos, as obras têm causado danos às pessoas que possuem casa ou terreno nas imediações.

De acordo com o autor da ação, J. C. S. M., até o momento não há uma política de desapropriação e ninguém foi indenizado pela Prefeitura de Barra do Corda. O advogado do município pediu o adiamento da audiência, por ter sido publicada a intimação na terça-feira, dia 7. O juiz concedeu a liminar a fim de interromper imediatamente a obra da ponte que liga os bairros Incra e Juá, sob pena de multa de R\$ 10 mil por dia, além da possível desobediência criminal. Ele também redesignou a audiência para o dia 23 de Julho de 2015.

- A Coordenadoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Maranhão adotou sistema informatizado que confere maior agilidade na atualização dos valores e da ordem cronológica de pagamento das dívidas judiciais do poder público.
- A ferramenta deve ser ativada em 40 dias e foi cedida pelo Judiciário catarinense, sem custos, por meio de convênio assinado pelos presidentes Nelson Schaefer Martins (TJSC) e Cleonice Silva Freire (TJMA).



[Off10@uol.com.br](mailto:Off10@uol.com.br)

## Regularização fundiária

Para tratar da regularização fundiária em Caxias, a juíza Oriana Gomes participa de audiência pública no Centro de Treinamento João Paulo II... Como se sabe, o tema sempre gera polêmica na Princesa do Sertão porque há muitos imóveis pertencentes à União, ao Município e à Igreja Católica nos quais famílias residem há anos sem o documento legal de posse.

Não bastasse isso, não são poucas as denúncias nos bastidores de venda e revenda de um mesmo terreno para várias pessoas, 'grilagem' e uma infinidade de obstáculos políticos e cartoriais que dificultam principalmente às famílias mais humildes o direito legal de chamar a própria casa de sua... Do lado esquerdo do rio Itapecuru há centenas de casos que se enquadram na situação... A discussão do tema e o devido compartilhamento público do assunto são novamente retomados agora sob a batuta de Oriana Gomes, mas a questão já se ouviu pela boca do bispo Wilson Basso, do prefeito Leonardo Coutinho e de outros personagens com influência local... Apesar disso, nada andou.

Mais uma vez, portanto, o repeteco da história. Em entrevista ao apresentador Paulo Rogério, da TV Sinal Verde, ontem, Oriana disse que agora a coisa vai... Associado a Léo Coutinho há em particular o interesse direto da Igreja Católica no quiproquó, mas a indefinição nos títulos legais das chamadas terras de Nossa Senhora de Nazaré há décadas vence ininterruptamente a preocupação social... Enquanto isso, a discórdia jurídica faz a alegria dos especuladores e dos espertos que preferem deixar a coisa como está.

## Crônico

É um problema social sério e crônico que volta e meia vem à baila, mas na prática nada se resolve...

## Terras da santa

...No lado esquerdo do rio Itapecuru, em sua maioria, os terrenos alvos da regularização fundiária 'pertencem' à santa Nossa Senhora de Nazaré e não às famílias que nelas residem há muitos e muitos anos...

## Repeteco

...Tal é o repeteco da história que vale republicar aqui as mesmas impressões que se registra sobre a questão desde 2013...

## Áreas

...Misturadas aos pequenos e médios terrenos onde famílias construíram suas casas que abrigam hoje seus descendentes existem também vastas áreas cujos litígios preenchem os cartórios e sobre as quais há decisões jurisdicionais polêmicas...

## Brigas

...Casas de famílias, portanto, são uma coisa... Outra são as brigas nas quais estão envolvidos diversos protagonistas que se auto-proclamam proprietários das extensas áreas, aí incluída a Diocese de Caxias...

## Audiência

...Em outra audiência pública para tratar da mesma questão, realizada em fins de 2013, o bispo dom Wilson Basso, o prefeito Léo Coutinho, o corregedor-geral do TJMA, Cleones Cunha, e membros da comissão estadual do Comitê de Registros Imobiliários discutiram o assunto...

## Pesadelo

...A partir daquele dia, muita gente com interesse direto e indireto na questão passou a ficar com receio de que finalmente se pusesse ordem na questão...

---

## Não andou

...Mas, na prática, o fato não foi suficiente para fazer a regularização fundiária andar... E, até hoje, nem os espíritos dos jesuítas do século XVIII intercederam de maneira determinante no quiproquó... Vem mais confusão por aí...

## Oportunismo

...Não obstante a polêmica é preciso que as autoridades envolvidas no processo de regularização fundiária urbana caxiense encarem o desafio para valer, pois na ausência da legalização os oportunistas vão continuar tirando proveito da situação, como tem ocorrido há décadas.

## Negativa

As oposições caxienses se esforçam para negar o óbvio quando reafirmam que estão unidas contra a tentativa de reeleição de Leonardo Coutinho (PSB)...

---

## Fortes

...É verdade, e todos sabem, que a união as tornariam fortes o suficiente para impor uma eleição plebiscitária em 2016 na Princesa do Sertão...

## Retroage

...O problema é que, na prática, a ideia de união dos oponentes do grupo Coutinho não avança e, ao contrário, retroage, pois os efeitos políticos do passado continuam presentes.

# Justiça libera Município de SL para celebrar convênios com Estado e União

PÁGINA 9 [C1]

## *Justiça libera Município de São Luís para celebrar convênios com Estado e União*

A Justiça Estadual do Maranhão, por meio da Terceira Vara da Fazenda Pública, atendendo pedido formulado pela Procuradoria Geral do Município (PGM) de São Luís, determinou a imediata liberação do Município de São Luís de qualquer cadastro negativo de controle que o impeça de receber transferências voluntárias tanto do Estado quanto da União.

A Procuradoria recorreu ao Poder Judiciário da decisão do Tribunal de Contas do Estado (TCE) que, julgando representação formulada pelo Ministério Público de Contas contra o ex gestor João Castelo, no ano de 2010, entendeu que não houve a divulgação de informações relativas às receitas e despesas por meio eletrônico para consulta pública e acabou por punir o próprio Município de receber transferências voluntárias da União e do Estado.

O Município demonstrou atra-

vés de farta prova documental que a atual gestão, comandada pelo prefeito Edivaldo Holanda Júnior, buscou desde o início atender a todos os ditames constitucionais e legais, em especial à lei complementar 101 de 2000, garantindo uma gestão responsável e disponibilizando, ainda no início de 2013, a transparência dos atos administrativos.

Na ação, a Procuradoria comprovou que a administração vem cumprindo rigorosamente o que determina a lei, não subsistindo mais a causa que deu origem ao bloqueio, vez que praticada pela gestão anterior.

Para o Procurador Geral do Município, Marcos Braid, o deferimento do pedido revela que o judiciário se convenceu da transparência que esta gestão vem demonstrando no trato com a coisa pública, e como vem atuando de forma séria e responsável.